

O jornalismo literário nas políticas públicas de educação: A representação da exclusão da criança nas crónicas de Irene Lisboa publicadas na *Seara Nova* (1929-1955)

Literary journalism in public education policies:
The representation of the exclusion of the child in the *crónicas* of
Irene Lisboa published in *Seara Nova* (1929-1955)

Jorge da Cunha*

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal
Externato João Alberto Faria

RESUMO

Irene Lisboa (1892-1958) é uma pedagoga, professora e cronista, ou jornalista literária. A partir da sua voz crítica, apresenta um discurso de denúncia da realidade sociopolítica e educacional, resultado de uma posição imersiva nos locais de observação da sua época. Publica em revistas antirregime, como a *Seara Nova*, e, por isso, censuradas. Através das suas crónicas, dos seus textos pedagógicos e das suas palestras, Lisboa tenta encontrar meios de resistir e, ao mesmo tempo, de denunciar um país, um povo e, consequentemente, uma criança e uma educação idealizados pela Ditadura. Assim, neste estudo, pretende-se compreender a representação da exclusão da criança do sistema educativo, portanto, também da sociedade, durante a Ditadura portuguesa, numa perspetiva discursiva e narrativa, a partir do *corpus* cronístico de Irene Lisboa, publicado na *Seara Nova*, no período entre 1929 e 1955. As conclusões apontam no sentido de que a autora deixa representada uma criança vítima de exclusão sustentada pelas políticas públicas de educação.

Palavras-chave: Irene Lisboa, Ditadura, Educação, exclusão da criança, jornalismo literário, *Seara Nova*

* Contacto do autor: jorgepaulodacunha@hotmail.com

ABSTRACT

Irene Lisboa (1892-1958) is a pedagogue, teacher and *cronista*, or literary journalist. Through her critical voice, she presents a discourse of denunciation of the socio-political and educational reality, resulting from an immersive position in the places of observation of her time. She publishes in anti-regime magazines, such as *Seara Nova*, and, therefore, censored. Through her *crônicas*, her pedagogical texts and her lectures, Lisboa tries to find ways to resist and, at the same time, denounce a country, its people and, consequently, a child and an education idealized by the Dictatorship. Thus, in this study, we intend to understand the representation of the exclusion of the child from the educational system, therefore, also from society, during the Portuguese Dictatorship, in a discursive and narrative perspective, based on the chronological *corpus* of Irene Lisboa, published in *Seara Nova*, between 1929 and 1955. The conclusions point towards the fact that the author leaves represented a child victim of exclusion sustained by the public policies of education.

Keywords: Irene Lisboa, Dictatorship, Education, child exclusion, literary journalism, *Seara Nova*

Introdução

O jornalismo literário é um género jornalístico com estatuto de literatura que integra todos os tipos de textos não ficcionais que pretendem compreender a verdade dos factos de um determinado contexto com técnicas tradicionalmente utilizadas pela literatura (e.g., Galindo & Naranjo, 2016; Herrscher, 2021, Sims & Kramer, 1995; Trindade & Soares, 2018). É nesta circunstância que surge a crónica, mas também o documentário, a reportagem e outros.

Em período de Ditadura, portanto, também de censura, os periódicos não situacionistas, bem como os seus colaboradores, conseguem arranjar formas de fazer passar a mensagem da situação do país real (Tengarrinha & Alves, 2016), contrariando a propaganda ficcionada urdida pelo regime que pretende passar a ideia de que Portugal é um país moderno e tem um povo satisfeito (Barros, 2022). É o caso da revista *Seara Nova*, fundada em 1921, e de Irene Lisboa (1892-1958) que colabora neste periódico durante um longo período (1929-1955). Lisboa é a cronista, portanto jornalista literária, que, neste período, mais publica na *Seara Nova* durante mais tempo: 103 crónicas de um total de 231 textos, durante 26 anos. É também a pedagoga mais informada da história do ensino e da pedagogia portuguesas (Nóvoa, 2021).

Enquanto professora, educadora e pedagoga formada em Portugal e no estrangeiro, Lisboa reúne, como indica Nóvoa (2021), uma formação e um trabalho docente qualificados e especializados, um pensamento pedagógico inovador e uma intensa ação pública sobre educação. Enquanto jornalista literária, a autora escreve crónicas e reportagens denunciando o viver do povo, portanto também a condição da criança.

A obra pedagógica e a formação especializada de Irene Lisboa legitimam as representações que a autora fixa nas crônicas com a sua posição sobre as políticas públicas de educação que levam à progressiva exclusão da escola aqueles que, no dizer de Salazar, têm de ser alfabetizados sem fantasias (Ferro, 2007). Não sendo a *Seara Nova* uma revista validada no campo científico da educação, não deixa de ser um meio de comunicação público e um veículo educativo de transmissão de ideias, também com a finalidade de educar os indivíduos em sociedade.

O que interessa analisar neste artigo é a representação da ação pública de Lisboa, enquanto jornalista literária, contra a exclusão escolar, logo, social, da criança. Para isso, definiu-se a seguinte pergunta de investigação: Como é representada a exclusão da criança em Portugal nas crônicas de Irene Lisboa publicadas na revista *Seara Nova* entre 1929 e 1955? Esta questão tem em vista caracterizar o discurso jornalístico-literário de Irene Lisboa em relação às políticas públicas de educação no período entre 1929 e 1955.

Analisar as representações sobre a educação portuguesa fixadas em textos jornalísticos, na primeira metade do século xx, por uma mulher jornalista e professora progressista com formação especializada em pedagogia, num contexto de Ditadura, assume grande importância para se perceber que existem problemas nas políticas públicas de educação e nas escolas que se estendem no tempo.

Lisboa, para além da oportunidade imersiva que a sua profissão de professora, de educadora e de inspetora-orientadora lhe proporciona, é uma observadora que transforma o quotidiano anónimo em eventos, captando, assim, a realidade sociopolítica da sua época. O que interessa à jornalista literária é dar relevo ao quotidiano difícil e humilhante de pessoas oprimidas pelo regime.

Estas cenas da vida, porque são humanas, estão cercadas pela carga subjetiva das emoções, e sujeitas a múltiplas interpretações num quadro de referências para quem as produz e para quem as observa (Hall, 1997). Esta experiência de variadas interpretações pretende explicar o que representa a realidade e codifica, organiza e regula a conduta humana, permitindo interpretar as ações dos outros e comunicar os significados, transformando, como refere Hall (1997), as experiências sociais em práticas de significação. A escrita desempenha, portanto, um papel importante ao atribuir sentido aos acontecimentos, narrando-os, integrando-os e criando sistemas de representação (Hall, 1997) que também esperam interpretações. Neste contexto, as crônicas de Irene Lisboa, enquanto peças jornalístico-literárias, são representações da subjetividade e da experiência sociopolítica da sua época e, sempre que são analisadas, como refere Andresen (2015) sobre a pintura de Vieira da Silva, “o mundo é ‘re-presentado’, tornado mais uma vez presente” (p. 813). É a partir do conceito de representação e do contexto histórico que abordaremos a po-

sição de Lisboa, fixada nas crónicas da *Seara Nova*, em relação às políticas públicas de educação, no período delimitado atrás, da Ditadura portuguesa.

1. Jornalismo literário na denúncia da exclusão da criança

Os meios de comunicação têm desempenhado um papel importante na cultura e na estruturação das mentalidades (Galindo, 1993). Este papel torna-se mais relevante num período histórico dominado pela Ditadura que pretende moldar as mentalidades, criando e transmitindo uma realidade ficcionada (Barros 2022) para convencer, interna e externamente, de que Portugal é um país moderno. E aqui os meios de comunicação social são imprescindíveis para preservar a memória. Como refere ainda Galindo (1999), esquecer o passado “é social e politicamente irresponsável, porque não há democracia a partir do esquecimento. (...) Os meios de comunicação social são, neste sentido, notários da história, testemunhas diretas da vida quotidiana” (p. 69).

Sendo a imprensa um dos meios onde se produz e a partir do qual se fazem circular ideias, há que lhe associar o papel pedagógico que tem na sociedade e nas instituições, nomeadamente na escola. É neste contexto que se torna possível estabelecer ligações entre a Educação (pedagogia), a História (memória) e o Jornalismo Literário (comunicação), nomeadamente a crónica como veículo jornalístico comprometido apenas com a verdade das histórias humanas observadas em profundidade e relatadas com emoção, de maneira a seduzir o leitor para que este se vincule à mensagem do autor. Como alude Lisboa (1998), “os invólucros nada significam, as vidas, as vidas é que sim” (p. 87). Esta empatia, como nos indicam Trindade e Soares (2018), é “um dos traços distintivos do jornalismo literário ao tornar-se, ela própria, o elo subjetivo-emocional entre assunto-notícia, jornalismo e leitor” (p. 203), portanto também da crónica.

O jornalismo literário é jornalismo porque não é ficcional e é literatura porque se serve de técnicas literárias. Adota um ponto de vista subjetivo, desde que não transponha a barreira da não-ficção (e.g., Trindade & Soares, 2018) ou, como aponta Herrscher (2016), é um tipo de jornalismo que faz comungar a ficção com a verdade. Como recorda Kramer (Sims & Kramer, 1995), o jornalismo literário integra factos e acontecimentos pessoais com a presença do autor, atribuindo ao jornalismo uma dimensão emocional, de proximidade e de liberdade que caracterizam, como lembra Soares (2021), a reportagem e a crónica desde meados do século XIX.

Quando falamos de jornalismo literário, estamos, portanto, a referir pessoas, a mencionar realidades inquietantes que não são conhecidas ou que não interessam ser conhecidas; realidades penosas e quotidianas de pessoas excluídas pelas famílias, pelas instituições ou pelo Estado, cujas histórias são apresentadas sem pressa (Trindade & Soares, 2018). A importância dos assuntos que interessam ao

jornalismo literário não está, assim, na notícia, mas nos temas intemporais vistos em profundidade e estruturados como se fossem literatura. É aqui que se encontra a definição de jornalismo literário, embora não consensual, mas aceite pelos investigadores das várias latitudes que integram a International Association for Literary Journalism Studies (IALJS): jornalismo com estatuto de literatura (*journalism as literature*). Esta natureza de dupla função do jornalismo literário, que a crónica de Irene Lisboa também tem, ao mesmo tempo jornalística e literária, fundada no século XIX, é abordada por Hartsock (2000) como um fenómeno de importância literária e histórica.

A crónica, como elemento integrante do jornalismo literário (Trindade e Soares, 2018), emerge das línguas portuguesa e espanhola (e.g., Galindo & Naranjo, 2016; Trindade & Soares, 2018), embora possa ter herdado características dos quadros de costumes franceses e ingleses e da *chronique* francesa de meados do século XIX (Rotker, 1992). Contudo, a sua origem situa-se nos textos historiográficos, híbridos e intimistas dos Humanistas portugueses Fernão Lopes, Pero Vaz de Caminha e Fernão Mendes Pinto (e.g., Domingues, 2019; Morão, 1998; Polónia & Capelão, 2019). As crónicas destes autores vão além dos elementos historiográficos. Os cronistas observam, interiorizam e relatam o quotidiano do outro e, depois, transformam-no em narrativa. Na intensa experiência destes observadores-narradores (Carmo, 2020), há a presença de emoção. Logo, a verdade, nesta época, já é entendida como diversa e subjetiva (Domingues, 2019; Guerreiro, 1992). Assim como diversa e subjetiva é a verdade da crónica do século XIX e da crónica de Raul Brandão, de Irene Lisboa ou de Cecília Meireles, do século XX, bem como da crónica do século XXI. São textos, porque jornalístico-literários, narrados na primeira pessoa com emoção, a partir de acontecimentos reais, atuais, intemporais e fraturantes, que resultam da imersão investigativa do jornalista no local (Galindo & Naranjo, 2016). É este também o contexto da crónica de Irene Lisboa: produções híbridas e variadas (Herrscher, 2021) que utilizam o jornalismo e a literatura para informar e emocionar o leitor e denunciar as injustiças, numa determinada conjuntura sociopolítica. Como refere Lisboa (1998), “infalivelmente lhe tenho de conceber envolvimento, atmosfera” (p. 77).

A ligação entre o mediatismo jornalístico e o intimismo literário acentua-se em Portugal ao longo do século XX, sobretudo para fazer frente à censura (Tengarrinha & Alves, 2016). Esta associação entre o mediático e o íntimo (Carmo, 2022) é já evidenciada por Eça de Queirós (1981) num texto publicado em *O Diário de Évora*, em 1867, cuja intenção, como indica Isabel Soares (Santos, 2007), seria fundar em Portugal um tipo de texto híbrido que estabelecesse uma ligação afetiva com o leitor e, ao mesmo tempo, livre das amarras do jornalismo clássico. Diz ainda a investigadora que Queirós pretendia que houvesse um espaço “dentro do

jornal onde pudesse, com à-vontade, percorrer discursos e temáticas de âmbito jornalístico e literário. Paralelamente, o cronista teria como objetivo o diálogo com o leitor, tentando desenterrá-lo do seu estado apático e ganhar a sua complacência” (p. 185). Dez anos mais tarde, em 1877, no Brasil, Machado de Assis (1994), seguindo a tradição cronística de Alencar na abordagem a temas aparentemente menores (Trindade & Soares, 2018), escreve igualmente um texto irónico e divertido com o mesmo propósito de Eça de Queirós.

No século xx, à semelhança de Cecília Meireles, no Brasil (Strang, 2009), e de Maria Zambrano, em Espanha (Hurtado, 2015), também Irene Lisboa, em Portugal, deixa representado na imprensa um retrato convicto, sem lamentações nem queixumes (Morão, 1995), da sociedade portuguesa, também das políticas públicas de educação e das suas consequências. São textos muitas vezes irónicos e metafóricos com cenas quotidianas protagonizadas por personagens vivas, características comuns do jornalismo literário (Trindade e Soares, 2018). A ironia e a metáfora, tão comuns neste tipo de jornalismo, conferem ao discurso cronístico de Lisboa argumentos pertinentes. A ironia dá-lhe a oportunidade de manifestar retoricamente as emoções e os afetos (Morão, 1997), a metáfora permite-lhe sonhar com um mundo melhor e ambas possibilitam denunciar a realidade do povo.

A preocupação com a exclusão escolar da criança acompanha a atividade jornalística, através da crónica e da reportagem, até à atualidade. Pedro Coelho (2007) e a sua personagem Rosa, pastora da Serra da Estrela, a quem a vida miserável da família nega a frequência escolar, é um exemplo disso. Também Irene Lisboa (1997) e, por exemplo, o seu José, um rapaz também da Serra da Estrela, a quem a vida maltrata e obriga a trabalhar como adulto, impedindo-o de ir à escola, é outro exemplo. As reportagens de Coelho e as crónicas de Lisboa, separadas por várias décadas, abordam assuntos que se encontram à margem do interesse jornalístico, mas cujo método de recolha é o mesmo: a imersão no espaço sociogeográfico da observação para, deste modo, chegarem à verdade jornalística (Trindade & Soares, 2018). Mas como até as margens têm um centro, como aponta Lisboa (1997) em 1942, “procuremos a razão (...). E quem ousa dizer que é pouco, ou que é banal?” (p. 62). Representar dignamente o quotidiano de crianças maltratadas e excluídas em crónicas ou em reportagens imbuídas de um espírito social e empático (Trindade & Soares, 2018) nunca é pouco ou banal, é, antes, um ato de cidadania.

2. Irene Lisboa: “A senhora escreve com uma pena muito aguda e um dia pica-se”

A frase que serve de título a esta parte do artigo foi proferida em 1975 por Ilda Moreira numa conferência sobre o papel de Irene Lisboa na educação em Portugal e caracteriza a escrita e a vida da autora enquanto professora, pedagoga e jornalista.

É uma frase que, segundo Moreira (1992), foi dirigida à jovem Irene quando ainda era aluna da Escola Normal de Lisboa e já publicava textos a criticar as condições da Educação Portuguesa (Pinheiro, 1990), num jornal fundado por si, intitulado *Educação Feminina*. Por causar incómodo à equipa diretiva e aos docentes, a publicação só durou seis meses e teve apenas sete números (Pinheiro, 1990).

Lisboa define a escola, em 1926, como sendo uma instituição que “não oferece assistência médica, nem sequer acompanha o aluno além da porta. A Escola é rígida, indiferente. Não supre as faltas do lar, não dá saúde, não é generosa, enfim” (Lisboa, 2021, p. 65). A sua posição e o seu discurso, pouco críticos até 1936 em relação ao poder político, revelam-se irónicos e mordazes no período seguinte.

A Primeira República (1910-1926) manifesta-se instável na tutela da educação em Portugal. Apesar disso, há lugar a reformas no ensino (Fernandes, 1993): a reforma de António José de Almeida, de 1911, que permite, anos mais tarde, a formação do ensino infantil público, e a reforma de João Camoesas com a colaboração de António Sérgio, em 1923 (Cunha, 2021), são exemplo disso. Estas reformas permitem experimentar pedagogias inovadoras sustentadas pelas ciências afetas à chamada Educação Nova, da qual Lisboa é uma das especialistas, defensoras e praticantes em Portugal. Alguns dos pedagogos progressistas portugueses, anos mais tarde, como refere Fernandes (1993), foram “acoimados de revolucionários e perigosos” (p. 164).

Os cuidados com as crianças, como os entendemos hoje, são historicamente recentes. Ariès (1981) diz que só a partir do século xvii é que se processam alterações na conceção de infância, que resultariam em cuidados especiais com as crianças três séculos depois. É, pois, no século xx que os estudos sobre a criança se intensificam e emergem novas formas de educar na escola. A Educação Nova, bem delineada nos finais do século xix, é exemplo disso. Inevitavelmente, a “escola nova” passa a criticar a “escola velha”. Os reformistas não aceitam a forma como a escola tradicional trata a educação das crianças, não considerando a criança como criança, mas como uma abstração (Freire, 1978), onde os adultos colocam a vida dos adultos (Lisboa, 1933). É, pois, o confronto entre ideias tradicionais e ideias progressistas que leva Lisboa (1999) a referir que, “para os pequenos, a escola, a educação não é só função de adquirir, é também ou, em primeira instância, função de revelar, de manifestar” (p. 195).

Mas Lisboa vai mais longe na análise da escola tradicional. Observa a pedagogia que todo o ensino desde o primário ao superior afasta a escola da vida (Lisboa, 1942). A autora rejeita aceitar uma escola integrativa, subsidiária, remediativa e caritativa que promova práticas de exclusão social, porque, como refere Morgado (2003; 2009), a exclusão escolar é a primeira etapa da exclusão social.

Lisboa não dispensa, contudo, de criticar a pedagogia da Educação Nova, como posteriormente fizeram outros autores. Arendt (1972), no fim dos anos cinquenta do século xx, sublinha que as pedagogias modernas são uma confusão entre teorias ponderadas e despropositadas que revolucionaram o sistema de ensino. Nóvoa (2009) concorda com Arendt no que diz respeito à confusão da desmesurada ambição da Educação Nova, mas refere também a sua nobre missão de formar todos os alunos em todas as dimensões da vida (educação integral). O investigador conclui que o movimento da Educação Nova “assumiu este programa impossível e acreditou que o podia cumprir” (p. 5).

A posição de Lisboa está mais direcionada para as realidades concretas. A pedagoga sabe que as pedagogias e as didáticas da Educação Nova têm de ser adaptadas à realidade de cada comunidade, que a escola não pode manter-se afastada da casa e da realidade social, que o aluno tem de ser parte ativa do ensino e da aprendizagem, que os professores têm o duplo papel de promover a aprendizagem e de serem investigadores na sua sala de aula e que, tão importante como tudo isto, a escola deve promover e praticar afetos. Como refere Lisboa em 1926, “a minha escola’, frase habitual na boca das crianças, devia significar ‘Escola do meu coração” (Lisboa, 2021, p. 70). Apesar de ter tecido críticas a alguns aspetos fundamentais da Educação Nova, nomeadamente às didáticas, Lisboa (1942) refere que “é sempre o aspeto da pedagogia da criança que está em jogo. As técnicas novas da psicologia seguem de perto o desenvolvimento da psicologia infantil e esforçam-se por se lhe adaptar” (pp. 113-114). E este aspeto, que nos remete para o conceito de inclusão, ainda hoje tão debatido, torna a obra de Lisboa atual (Pinheiro, 1992). A pedagoga quando, em 1929, vai estudar no estrangeiro e é aluna de Claparède e de Piaget (Magalhães, 2017), já tinha corrigido, enquanto professora, os aspetos da Educação Nova que considerava menos positivos (Pinheiro, 1992). Apesar da crítica construtiva e sustentada à escola portuguesa da Primeira República e do início da Ditadura, há na posição de Lisboa esperança na mudança, através da liberdade dos professores em aplicar as metodologias pedagógicas e didáticas da Educação Nova, esperança que desaparece no período seguinte.

O Decreto-Lei n.º 27279/1936, de 24 de novembro, anuncia mudanças nas políticas públicas de educação, mas também na tática retórica de Lisboa (Florêncio, 1994). Sendo a pedagoga mais bem preparada do seu tempo (Rosa y Alberty, 1959; Fernandes, 1992; Nóvoa, 2021), não se conforma com as políticas educacionais do Estado Novo, nem se associa à visão reducionista de Salazar. O ditador defende uma educação despreziosa e doméstica, reduzida a postos de ensino ministrados por curiosos cuja função é ensinar somente a ler, a escrever e a contar como essenciais redutos da educação do povo (Ferro, 2007). É, precisamente, com o nome de “Ler, escrever e contar” que Lisboa escreve, no mês seguinte à publicação do re-

ferido diploma, um artigo na *Seara Nova* (1936, n.º 492), apresentando uma crítica ao regime e ironizando sobre a sua própria posição de pedagoga experiente, informada e reformadora. Nesta publicação, mostra-se desiludida, pois compreende que nada mudaria na educação em Portugal e que as pequenas mudanças conquistadas retrocederiam.

Na verdade, em 1938, após dezoito anos, as secções infantis são extintas (Moireira, 1992; Pinheiro, 1992) e, dois anos depois, a “pena aguda” picou-a com a sua expulsão do sistema de ensino português. Começa, então, a delinear-se, uma outra “nova educação” que, no dizer de Salazar, pretende “modificar a mentalidade dos portugueses” (Ferro, 2007, p. 90). É pois a ideologia nacional do regime a atuar. Numa das entrevistas que Ferro (2007) faz ao ditador, nos anos trinta do século XX, Salazar refere que aprendeu a ler “com um homenzinho que dava lições particulares” (Ferro, 2007, p. 72).

Ora, esta visão de Salazar sobre a Educação Nacional é adotada pelo Ministério da Instrução. É a desvalorização do conhecimento científico-pedagógico, didático e psicológico que a Educação Nova tinha despertado na escola, na formação dos professores e na especialização dos inspetores-orientadores, bem como em todos os domínios do desenvolvimento da criança (Fernandes, 1992), levando os progressistas ao desânimo. Como revela Lisboa num artigo crítico publicado na *Seara Nova* (1945, n.º 955), os políticos “têm-nos quebrado as forças... e temos sofrido de insuficiência e de medo. De desânimo, de impotência (...). A escola portuguesa tem todas as insuficiências de ensino, de assistência, de objetivos sociais e práticos” (p. 216).

Está pois concluído o caminho iniciado anteriormente de democratização do ensino, da escola única, do ensino individualizado e adaptado aos diferentes ritmos de aprendizagem proposto pela Educação Nova e praticado pela pedagoga. Como sistematiza Lisboa (1942), todas as crianças “devem ter de fazer, mas a cada uma competirá o seu trabalho. Este deve ser sempre compensador, embora uma criança avance mais que outra” (p. 96). Chega, pois, ao fim a preocupação com as dimensões curricular, social e pessoal da educação, porque as preocupações pedagógicas e didáticas dos pedagogos da Educação Nova portuguesa não são as mesmas preocupações do regime. Repare-se como Salazar vê a questão:

Não será com golpes orçamentais que o problema se há de resolver. (...) É quimérico (...) promover todas as freguesias com professores diplomados. Mas porque não deixar essas nos grandes centros, nas cidades, e criar em todas as aldeias, nas povoações escondidas e inacessíveis, postos de ensino, que seriam mantidos à custa duma pequena gratificação. (Ferro, 2007, p. 71)

É contra esta exclusão da criança, isto é, contra a noção de que a escola é só para alguns, escola de elites, transmitida primeiro pela tradição e depois planeada pelo regime de Salazar, que Lisboa edifica a sua obra pedagógica e algumas das suas crónicas.

3. A representação sociopolítica de Irene Lisboa

O presente artigo apresenta-se com um *design* de estudo de caso longitudinal (e.g., Yin, 2001) com uma abordagem qualitativa/indutiva. As opções metodológicas selecionadas têm uma intenção exploratória e não conclusiva, tendo como foco compreender e interpretar a exclusão da criança nas políticas públicas de educação num determinado período histórico, através da representação sociopolítica das crónicas de Irene Lisboa. Considera-se que este é um dos caminhos possíveis para responder à questão definida: Como é representada a exclusão da criança em Portugal nas crónicas de Irene Lisboa publicadas na revista *Seara Nova* entre 1929 e 1955? Esta questão tem em vista caracterizar o discurso jornalístico-literário de Irene Lisboa em relação às políticas públicas de educação no período entre 1929 e 1955 da Ditadura portuguesa.

Para analisar o *corpus* que representa o objeto de estudo e apoiar a abordagem selecionada, utiliza-se as técnicas de análise discursiva e narrativa. A análise de discurso contribui para (1) compreender as condições políticas e sociais em que a autora escreveu as suas crónicas e como elas se relacionam com o pensamento crítico; e (2) identificar a ideologia presente nos textos analisados e como Lisboa desafia o poder instituído através do tom crítico das estratégias discursivas: escolhas linguísticas e retóricas, uso de metáforas, de ironia, entre outros, para influenciar a perceção do leitor sobre o assunto tratado (e.g., Van Dijk, 2014). A análise narrativa, por sua vez, permite (1) identificar as personagens e compreender as suas histórias no contexto social (e.g., Gunter, 2000) e (2) perceber os significados implícitos nas narrativas que dão sentido às políticas públicas de educação representadas pela autora no contexto social, histórico e cultural em que as histórias são contadas e como esses contextos afetam a forma de contar.

Para isso, mapeámos a obra de Lisboa, publicada na *Seara Nova*, num total de 261 textos. Este número confirma o estudo de Morão (1983) sobre a autora na *Seara Nova*. Chegámos, pois, a um *corpus* de 103 textos que apresentam características de crónica. Destas, selecionámos e estudámos as que abordam o tema, apoiadas por outras publicadas em livro (Quadro 1).

Para este artigo, analisámos, portanto, os fragmentos ou textos integrais que, nesta seleção, representam ou se relacionam com a exclusão da criança. Foi ainda consultada a obra pedagógica publicada também na *Seara Nova* e em livro, com vista a contextualizar a posição da autora em relação às políticas públicas de educação no período definido da Ditadura portuguesa.

QUADRO 1 Crónicas analisadas (integral/excertos) sobre educação/pedagogia

	ANO	TÍTULO	REVISTA	N.º DA REVISTA	LIVRO
1	1929	Coisas poucas	<i>Seara Nova</i>	173	-
2	1929	Coisas poucas	<i>Seara Nova</i>	181	-
3	1929	Coisas poucas	<i>Seara Nova</i>	193	-
4	1930	Coisas poucas	<i>Seara Nova</i>	197	-
5	1930	Coisas poucas	<i>Seara Nova</i>	206	-
6	1930	Coisas poucas	<i>Seara Nova</i>	215	-
7	1932	Coisas poucas	<i>Seara Nova</i>	302	-
8	1932	Coisas poucas	<i>Seara Nova</i>	304	-
9	1937	Jogo de disparates	<i>Seara Nova</i>	516	-
10	1938	O meu senhorio e o seu sócio, tragédia urbana dos nossos dias	<i>Seara Nova</i>	587	-
11	1938	Rapazes de escola	<i>Seara Nova</i>	591	-
12	1939	Bagatelas	<i>Seara Nova</i>	600	-
13	1940	Crónica da cidade	<i>Seara Nova</i>	661	-
14	1942	-	-	-	<i>Esta cidade!</i>
15	1956*	-	-	-	<i>O pouco e o muito – Crónica urbana</i>
16	1958*	-	-	-	<i>Título qualquer serve para novelas e noveletas</i>

* Textos escritos até 1955.

Fonte: Elaboração própria.

4. Irene Lisboa: A denúncia não romantizada da exclusão

Como se observa nos textos jornalístico-literários estudados, Lisboa assume o papel de observadora que imerge na geografia e nos assuntos que analisa ou que denuncia, provocando, muitas vezes, diálogos ou elaborando descrições para perceber e retratar as realidades quotidianas.

Numa crónica intitulada “Rapazes de escola” (1938, *Seara Nova*, n.º 591), a cronista inicia uma conversa com dois rapazes pobres de doze anos que se deslocam todos os dias do Barreiro à capital para frequentar a escola industrial. Na conversa, percebe-se a preocupação da narradora em relação ao esforço que estes jovens fazem diariamente para receberem formação. Referem que se deitam à meia-noite e que se levantam antes das cinco da manhã para não perderem o comboio e a primeira aula. A situação é descrita por um dos jovens da seguinte forma: “Passava

o dia todo cá em Lisboa porque a primeira aula acabava muito tarde; se chegasse a tempo ainda ia fazer alguns recados à minha mãe, depois ia comer, depois estudar, depois deitava-me. E era meia-noite” (p. 187). À pergunta da interlocutora sobre se no Barreiro não há escolas, os rapazes respondem afirmativamente, mas que não dão certificação. Esta situação remete para um texto pedagógico publicado também na *Seara Nova* (1937, n.º 494), com o título “O rendimento escolar”. Refere aí a autora que “era professor o barbeiro e o sacristão. Numa das pitorescas novelas de Selma Lagerlöf lá vem o sacristão a servir de secretário do povo e a ensinar a ler às crianças (pp. 215-216). Revela, portanto, a descridibilização que o Estado Novo atribui à “ciência de educar”, como Lisboa chama à pedagogia (1937, *Seara Nova*, n.º 516).

Para mostrar a pobreza e a miséria dos dois rapazes, a cronista serve-se dos materiais, dizendo que as malas são velhas e descreve a saúde e o aspeto dos rapazes, através das expressões: “extraordinariamente magro”, “palidez de cadáver”, “dedos só de ossos”, “orelhas como dois abanos transparentes”, “tolhido pelo reumatismo” e “coreia”. Para tornar a cena ainda mais dramática, Lisboa compara a régua em T que sai por um buraco da mala com as cruces dos cemitérios. A crónica termina com uma reflexão sobre a condição do povo português: calado, bisonho e mole. Esta reflexão, marca autoral do jornalismo literário, é feita a partir de um ajuntamento de quatro homens que desperta a atenção da observadora. Um, com aspeto pedante, sentado e a falar, simbolizando a elite; os outros, de pé e calados, simbolizando o povo, o tal povo “bisonho e mole”, fazendo lembrar a conclusão de Meireles, em 1930, quando refere que “um povo não é uma elite, mas uma totalidade” (citado por Strang, 2009, p. 144).

A condição de pobreza e miséria das crianças portuguesas e da associação desta condição à escola é transversal nos textos jornalísticos, mas também nos pedagógicos de Lisboa. O discurso torna-se mais crítico e irónico em relação às políticas públicas de educação a partir da segunda metade dos anos trinta do século xx. Numa crónica intitulada “Bagatelas”, da *Seara Nova* (1939, n.º 600), a cronista reflete sobre a condição miserável da infância. Através da exclamação “Que castigos, que misérias a infância curte!”, Lisboa mostra a sua indignação de pedagoga humanista. A primeira cena observada é a de um rapazinho que vende limões e, ao fugir aos fiscais, é atropelado por um carro elétrico. A segunda cena pertence a um rapaz que lhe fornece diariamente o leite. Nesta peça jornalístico-literária, a cronista vira a realidade ao contrário, utilizando a ironia como forma complexa de expressar as emoções e os afetos (Morão, 1997). Observe-se o tom com que Lisboa termina a crónica:

Estes miseráveis que infestam a cidade, sem roupa nem escrúpulos, a vender limões e palitos?... Estes vendedores de leite que vendem sabe-se lá o quê e medido sabe-se lá como? Defendamo-nos deles!

E eles que paguem as tralhalices que fazem. Com a vida! Pois com a vida! Que ainda assim, para boa rodagem dos organismos fiscais, vale talvez menos que as multas. (p. 201)

Mas a utilização desta ironia, forma inteligente de utilizar o discurso (Morão, 2011), só é possível porque Lisboa conhece em profundidade o mundo da vida daqueles jovens pobres e excluídos da sua condição de criança: em vez de frequentarem a escola, são uma fonte de rendimento da família. Repare-se como a situação é exposta na parte final do excerto anterior: a vida de uma criança pobre vale menos que as multas. Esta condição da criança é representada em vários excertos da obra periodística de Lisboa, mas também em crónicas publicadas no livro *O pouco e o muito – Crónica urbana* (1997/1956) e em alguns fragmentos do livro *Título qualquer serve para novelas e noveletas* (1998/1958). Neste último, aparece uma expressão reveladora de como a criança é tratada. Relata a narradora que “Jacinto ficava do lado de fora a comer no chão como os cães” (p. 171). A utilização da comparação entre crianças e bichos aparece também no primeiro livro, numa crónica intitulada “Zé gato”. Aqui, Lisboa conclui que “animais e crianças, enfim, terão certas relações e, até acho mais, semelhanças” (p. 172). É neste tom irónico que a narradora critica o sistema educativo, portanto o regime, que educa as crianças como se fossem bichos, tornando-as dependentes, sem opinião e excluídas.

Também no texto “Crónica da cidade”, publicada pela primeira vez na *Seara Nova* (1940, n.º 661), depois republicada no livro *Esta cidade!* (1942) com o nome de “Rapariguinha da Rua”, a miséria, muitas vezes o abandono, e o trabalho infantil da criança são representados de forma realista e negativa (a vida), para que o leitor veja a crueldade, e de forma humanista e positiva (a criança) para demonstrar a inocência e a beleza de ser criança (ver Quadro 2).

QUADRO 2 Contraste entre o que é a vida do povo e o que é ser criança

NEGATIVO (VIDA)	POSITIVO (CRIANÇA)
A minha mãe tem um <i>câncaro</i>	ela sempre loquaz e alegrinha
Esfrego a casa, lavo a roupa	tinha a cara tão amável
Desgraçada doença	ar de riso
Aquilo agora dura até morrer	e era alegre
Temos um quarto sem janelas	tão instantaneamente feliz
Misérias do pai	cara engraçada
Ganha poucachinho	muito limpinha
Miséria fria de sua família sem sorte	

Fonte: Elaboração própria a partir do texto “Crónica da cidade”, pp. 71-72.

Lisboa narra aqui a história de uma menina de dez anos, Maria José, filha mais velha de uma família miserável, cuja mãe tem cancro, *câncaro* como dizia a menina. Anda na escola, na primeira classe, mas falta muito. Como refere a narradora, “ainda era uma criança. Dizia que esfregava a casa e lavava a roupa, falava do *câncaro*, mas não sabia estar triste” (p. 72). Note-se no contraste entre a palavra “cancro”, que simboliza a morte ou a vida miserável, e a expressão “não sabia estar triste”, que representa a vida ou a esperança.

Este discurso de confronto entre o mal (quadro 3, coluna 1) e o bem (quadro 3, coluna 2) é comum nas crônicas de Lisboa e bastante acentuado nesta narrativa. Quando a escritora se debruça sobre o povo e as suas misérias, não o faz de forma assistencialista, mas como meio de confrontar a realidade da vida com a ficção propagandeada pelo regime e com a violência gratuita que as forças policiais exercem sobre as que, clandestinamente, vendem nas ruas. Contudo, quando fala da criança enquanto ser humano, nota-se a ternura, a dedicação e a admiração próprias da pedagogia da Educação Nova e da personalidade da cronista e pedagoga, mas também do desejo de as salvar, porque, como ela refere já em 1929, “a infância feliz é encantadora” (*Seara Nova*, n.º 181, p. 204), não deixando, portanto, de observar e de realçar as suas características. Como aponta Lisboa (1956), “entusiasmo-me como os mirones da *bola*, mas sofrendo” (p. 144), porque o que observa não a deixa indiferente. A comparação com as questões do futebol não surge por acaso. Apesar de Salazar não apreciar futebol, esta modalidade desportiva desperta algum interesse parlamentar por se achar que a curiosidade crescente poderia desviar a atenção da religião, nomeadamente da missa de domingo (Mendonça, 1955). Por isso, Lisboa pretende criticar a perda de tempo sobre trivialidades enquanto o país vive a miséria quotidiana.

Estes seus *teatros*, como a narradora lhes chama (Lisboa, 1997/1956), que, por vezes, observa da sua janela e depois a fazem imergir na geografia e no assunto, estão bem representados na crônica “A cabrilha” publicada no livro *O pouco e o muito – Crónica urbana* (Lisboa, 1997/1956). Nesta peça jornalístico-literária, a cronista observa um acidente num prédio que está a ser construído na sua rua. No fim, a sua atenção vira-se para um rapaz de tenra idade, descalço, com os joelhos feridos que subia e descia as escadas, carregando um balde de argamassa ao ombro como se fosse um homem. Esta imagem repete-se, como refere Lisboa, “de manhã, de tarde, agora e logo... na semana que corre, na que passou” (p. 145). Atente-se na insistência temporal da passagem anterior para se perceber que aquela não era uma situação pontual nem única. Depois, caracteriza o que vê através de uma enumeração, para que o leitor perceba a sua indignação e a condição das crianças pobres portuguesas. Repare-se como a cronista representa a realidade: “aqueles ternos pezinhos descalços, pisando tudo, a lama, as tábuas, a brita solta e as lascas dos

tijolos, no chão” (p. 145-146). A fragilidade característica da idade e a afetividade aparecem representadas pelo nome no grau diminutivo “pezinhos”, duplamente adjetivado pelas palavras “ternos” e “descalços” que contrastam com a crueldade do chão. Esta afeição que Lisboa mostra pelas crianças, que a leva à indignação e a não esquecer que, apesar de tudo, continuam crianças, torna-se mais clara na passagem seguinte: “Há pouco o dono dos pezinhos vazou o seu balde de argamassa na *troilha* de um pedreiro e depois fez rodar a boina na cabeça. Gesto de criança!” (p. 146). Veja-se a contradição entre a primeira e a segunda frase, entre ter um trabalho de adulto e ter ainda gestos de criança. Esta busca incessante de Lisboa pela dignidade do outro é uma especificidade das suas crónicas e uma característica do jornalismo literário. Uma outra particularidade deste texto é a utilização da palavra “obra” que aparece sempre entre aspas e só na segunda parte da crónica quando a narradora vai pessoalmente averiguar a situação. Repare-se na utilização da metáfora como forma de abrir novas possibilidades de interpretação a partir de dois contextos: a obra de construção civil e a obra do regime: “Porém, numa importante “obra”, em que toda a erva se calca e tudo se arrasta e soa bruto, não há ideias, assomos nem lembranças de primavera. Aliás o tempo desequilibrou-se e desde ontem que chove” (p. 142). Note-se que, num parágrafo anterior, a cronista refere as *olaias* como símbolo da primavera, e aqui menciona, numa alusão velada e crítica, que os tempos difíceis vieram para ficar. A associação ao tempo atmosférico pretende ludibriar a censura e criticar o regime.

Já a vida dos filhos da elite é encarada de outra forma pelo Estado, pela família, e pela pedagogia desde o início da sua atividade jornalística na *Seara Nova*. Numa rubrica iniciada em 1929, intitulada “Coisas poucas”, o seu terceiro texto e primeira crónica na revista (n.º 173), Lisboa aborda a superficialidade da educação burguesa a partir de um artigo que pretende ensinar as mães a serem modernas na educação dos filhos. Numa outra crónica da mesma rubrica, em 1930, a narradora apresenta uma reflexão sobre as escolas secundárias e o ensino superior, portanto sobre as elites escolares, referindo que é comum os professores e os alunos destes níveis de ensino serem pessoas centradas nelas próprias. Refere a autora, que também lecionou no ensino superior, que “o professor pedante e o aluno pedante infestam em geral as nossas escolas” (*Seara Nova*, n.º 197, p. 70). E apresenta uma série de características negativas de uns e de outros. O professor é caracterizado pela cronista através das expressões “ vaidade da hierarquia”, “cheio de conceitos”, “dogmático”, “sentimento de superioridade” e “endeusado”; o aluno é descrito da seguinte forma: “luxo nos apontamentos”, “luxo nos livros que lê”, “desdém pelas dificuldades”, “não é bom camarada”, “é sempre superior” e “é desconfiado”. Há aqui uma clara referência ao ensino enciclopedista, verbalista e rude, às pedagogias tradicionais e

pouco afetuosas e à aprendizagem passiva e sem ligação ao mundo da vida, condenados e muito debatidos pela pedagoga e pela Educação Nova.

Estas questões relacionadas com as elites e a educação aparecem noutras crónicas. No livro de 1956 já referido, terceiro fragmento, na crónica “A dívida”, fazendo alusão aos primeiros tempos de professora, a narradora lembra o período em que, nas férias, teve de desempenhar a função de perceptor dos filhos de um banqueiro. A descrição é feita por comparação com os seus alunos pobres de quando era professora e educadora. Diz Lisboa que “não há infância padrão, há crianças. Assim como há anjos e diabos, há crianças... Anjos eram os seus meninos da Tapada, diabos os filhos do banqueiro” (p. 177). Repare-se como a narradora utiliza o vocabulário cristão para vincar a boa e a má educação, a riqueza e a pobreza, servindo-se, neste caso, da terceira pessoa para se distanciar emocionalmente de uma situação da sua vida pessoal (Morão, 1997). Salienta-se a forma negativa como os filhos do banqueiro são apresentados, por exemplo: “batiam-se como feras”, “cabelos desgrenhados” ou “nem sorrir sabiam”, em contraste com os aspetos positivos das crianças do povo: “desempenhavam as tarefas com brio”, “engraçadas” ou “risonhas”. A narradora socorre-se de recursos que a transportam para dentro de si (memória) ou que a projetam para a vida (ouvidos e visão) e a ajudam a ordenar e a dar sentido ao mundo das coisas pequenas que, depois, transforma em crónica (Morão, 1997).

Também em “O casamento da Alicinha”, primeiro fragmento da mesma obra, para estabelecer o confronto com a precaridade da criança pobre, muitas vezes impedida de ir à escola pela família por ser mais uma fonte de rendimento, Lisboa apresenta o trabalho esforçado que a criança das elites também tem. Diz a narradora que, na família da Alicinha, os filhos têm de trabalhar muito e não lhes é permitido ter notas baixas. Reforça que, “para isso, recebiam ensino duplicado: no liceu e em casa” (p. 197). Contudo, logo a seguir, em tom crítico, revela que todo este esforço tem na base “a teoria da preparação dos chefes” (p. 197), isto é, fossem eles inteligentes ou não, estavam destinados a pertencer à elite dos bem-sucedidos da vida pública. Já no livro *Título qualquer serve...* (1958), numa crónica chamada “Júlia”, quarto fragmento, a cronista critica, desta vez, a ociosidade das raparigas burguesas.

As restantes crónicas do *corpus* selecionado abordam a criança, mas de forma indireta, através da pedagogia da Educação Nova. Assim, de 1929 a 1932, na rubrica “Coisas Poucas” (*Seara Nova*, n.º 193, 206, 215, 302 e 304), Lisboa mostra, através de um discurso informativo, esclarecido, crítico e literário, as vantagens das novas pedagogias em confronto com as utilizadas na educação tradicional, destacando o papel crucial dos professores no sucesso dos princípios da Educação Nova. Salienta-se, no entanto, a crónica de 1937 (*Seara Nova*, n.º 516), primeiro fragmento, com

o título de “Jogo de disparates”, por constituir um momento de viragem no discurso jornalístico, como já havia acontecido no discurso pedagógico desde 1936, e na atitude da cronista: passa a utilizar um discurso menos neutro em relação ao regime. A motivação são as consequências que o Decreto-Lei 27279/1936 iria trazer à educação portuguesa, como se veio a confirmar com a extinção da educação infantil pública portuguesa, em 1938, após 18 anos de atividade. Note-se que, entre 1936 e 1940, Lisboa publica mais de duas dezenas de textos sobre pedagogia na *Seara Nova* (Morão, 1983). O tom irónico e crítico utilizado nesta crónica mostra a sua apreensão sobre o que se avizinha. O retrocesso nas políticas públicas de educação com o reforço do academismo, do verbalismo do professor e do distanciamento entre teoria e prática a acentuar-se nas salas de aula, apoiadas pelos princípios da educação tradicional e pela ideologia do Estado.

Mas a sua apreensão assume, também, um carácter mais pessoal enquanto funcionária do Estado, patente na crónica de 1938 (*Seara Nova*, n.º 587). Neste texto, Lisboa relata as diligências que enceta para fundar uma escola com os princípios das modernas tendências de educação. Tentativa frustrada. A sua posição na Educação do Estado Novo está, pois, condenada. É afastada da formação de professores, da inspeção, da orientação e colocada numa secretaria. Finalmente, é reformada antecipada e forçadamente em 1940, com 48 anos, levando-a a admitir, em 1942, que se sente “aplacada, sem uma ideia de esperança. Tranquila, adormecida. Limitada” (*Seara Nova*, n.º 802, pp. 89-90).

Conclusão

Este artigo demonstra, através da crónica de Lisboa, a forma desajustada como a criança é tratada e como as políticas públicas de educação da Ditadura portuguesa do século XX promovem a exclusão escolar e a submissão das crianças do povo a trabalhos forçados quer nas ruas como fonte de rendimento, quer na escola com um ensino desadequado ao seu desenvolvimento integral. Um regime que considera a criança um ser a ser moldado à imagem de uma ideologia fascista que não vê na educação integral uma forma de liberdade e desenvolvimento do país. As crianças, colocadas à margem do sistema educativo ou alvo desta educação segregadora, tornam-se adultos prematuramente e acumulam, ao longo da vida, desvantagens que se traduzem em múltiplas exclusões: da escola, de participar ativamente na vida em sociedade, dos direitos de cidadania fundamentais e de aceder a um mercado de trabalho justo. Ficam, deste modo, vulneráveis a modos de vida marginais (Capucha, 1998).

Lisboa denuncia a narrativa situacionista do regime (Barros, 2022), representando nas suas crónicas as várias dimensões da exclusão da criança, a partir de

uma consciência social partilhada com o jornalismo literário que também se dedica a questões de educação e exclusão.

A criança retratada por Lisboa é maltratada pela família e pelo Estado. Por um lado, a cronista apresenta a criança das elites a partir de um discurso irónico e metafórico — recursos comuns do jornalismo literário — formada pelo preconceito, pela rebeldia ou pelo desleixo, por vezes também pela “teoria dos chefes” que o regime generaliza como sendo a criança portuguesa e o futuro da Nação. Por outro lado, mostra a criança do povo sujeita a questões de poder, de ensino e económicas que a desumanizam enquanto criança. Uma criança brutalizada, muitas vezes tratada como bicho, marcada física e psicologicamente pelos maus-tratos dos polícias, dos fiscais, da família e dos professores, sujeitando-se a trabalhos de adultos como mais uma fonte de rendimento da família, fugindo da escola ou frequentando-a depois de muitas horas de trabalho clandestino. São crianças que espelham o sacrifício, a pobreza e a miséria das famílias, refletidos nos materiais velhos, na saúde precária, no aspeto magro e cadavérico, nos joelhos feridos, nos pés descalços, sujeitando-se ainda a castigos na rua, na escola e na família. São vidas, como retrata a cronista, sem valor, seres tratados como cães. Crianças que são vistas pela escola como depósitos de conhecimentos desligados da realidade familiar e social que os pedagogos da Educação Nova tentam contrariar. Mas o seu discurso surge isento de corporativismos ou partidarismos, vai-se, no entanto, distanciando, ao longo do seu percurso de pedagoga, professora e cronista, dos objetivos traçados pelo regime, tornando-se mais acutilante a partir da segunda metade dos anos trinta da centúria de novecentos.

Apesar da condição de miséria, Lisboa, quando se refere à criança do povo enquanto ser humano, apresenta-a positivamente: alegre, amável, esforçada, risonha, engraçada e outros. A disponibilidade para aprender da criança do povo é outro dos aspetos que aparece no discurso da cronista como um motivo de satisfação e de motivação.

A condição da criança das elites surge nas crónicas de Lisboa em oposição com a condição não romantizada e nada assistencialista da miséria, do preconceito, da degradação e da exclusão social, bem como em confronto com a propaganda de otimismo do regime (Carmo, 2020). Esta insistência sobre cenários desfavorecidos (Trindade & Soares, 2018), como forma de consciencialização das dificuldades de gente anónima, é comum na crónica de Irene Lisboa e na história do jornalismo literário. A dimensão informativa, crítica e emocional (Trindade & Soares, 2018), portanto sem efabulação, contemplando a objetividade da verdade e a subjetividade da representação do mundo da vida, atribui à crónica de Lisboa o estatuto de jornalismo literário.

A replicação do presente estudo pode dar um contributo útil para robustecer o conhecimento da história da criança em Portugal, das políticas públicas de educação, das metodologias de ensino (pedagogia e didática), ainda hoje debatidas como novidades, e do jornalismo literário em Portugal.

Esta investigação está, contudo, sujeita a limitações. Foram considerados apenas os excertos que abordam a condição da criança num período limitado da censura para se perceber a dimensão da exclusão da criança, desintegrando esta condição do quadro geral apresentado pela cronista, o que limita a interpretação e o alcance nas políticas públicas da Ditadura. Esta circunstância permite, porém, sugerir que abordagens futuras analisem a condição da criança e do ensino integradas no quadro geral da educação portuguesa, procurando determinar a representação que a autora deixa, nas suas crónicas, da exclusão no contexto da Ditadura portuguesa do século XX.

Referências

- Andresen, S. de M. B. (2015). Landgrave ou Maria Helena Vieira da Silva. In S. de M. B. Andresen, *Obra poética* (p. 813). Assírio & Alvim.
- Arendt, H. (1972/1957). *La crise de la culture*. Éditions Gallimard.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Zahar.
- Assis, M. de (1994/1877). *Crónicas escolhidas de Machado de Assis*. Edições Ática.
- Barros, J. L. de (2022). *Censura – A construção de uma arma política do Estado Novo*. Tinta da China.
- Capucha, L. (1998). Exclusão social e acesso ao emprego: Paralelas que podem convergir. *Sociedade e Trabalho*, 3, 60-69.
- Carmo, C. I. do (2020). *Noite inquieta – Ensaio sobre literatura portuguesa, política e memória*. Edições Húmus.
- Carmo, C. I. do (2022). Vozes e gestualidades do trabalho nas crónicas urbanas de Irene Lisboa. In C. I. do Carmo, J. M. Frias, M. C. Pimentel, R. Nobre & R. Patrício (coord.). *Presença e memória – Homenagem a Paula Morão* (pp. 87-99). Edições Colibri.
- Cunha, J. da (2021). A ironia de uma mulher na educação em Portugal. In I. Lisboa, *A escola do meu coração* (pp. 17-47). Edições ICreate.
- Domingues, J. (2019). O jornalismo literário de Caminha e Cândavo: Precisão e subjetividade nas primeiras narrativas sobre o Brasil. Transatlantic Studies Network. *Revista de Estudios Internacionales*, (8)4, 101-106.
- Fernandes, R. (1992). Irene Lisboa: Pedagoga. In P. Morão (coord.), *I. Lisboa: 1892-1958* (pp. 49-56). Biblioteca Nacional.
- Fernandes, R. (1993). História das inovações educativas (1875-1936). In A. S. da Nóvoa & J. B. Ruiz (eds.), *A História da Educação em Espanha e Portugal: Investigações e atividade* (pp. 157-170). Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Ferro, A. (2007). *Entrevistas a Salazar*. Parceria A. M. Pereira.

- Florêncio, V. (1994). *A literatura para crianças e jovens em Irene Lisboa*. Edições Asa.
- Freire, P. (1978). *Cartas à Guiné-Bissau: registos de uma experiência em processo*. Paz e Terra.
- Galindo, J. A. G. (1993). Medios de comunicación y Universidad. *Comunicar: Revista Científica Iberoamericana de Comunicación y Educación*, 1, 61-67.
- Galindo, J. A. G. (1999). Reconstruir el pasado para contruir el democracia. *Comunicar: Revista científica iberoamericana de comunicación y educación*, 12, 65-70.
- Galindo, J. A. G. & Naranjo, A. C. (2016). La crónica en el periodismo narrativo en español. *Revista Famecos, mídia, cultura e tecnologia*, 23. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.s.24926>
- Guerreiro, M. V. (1992). *A carta de Pero Vaz de Caminha lida por um etnógrafo*. Edições Cosmos.
- Gunter, B. (2000). *Media research methods: Measuring audiences, reactions, and impact*. Sage Publications.
- Hall, S. (1997). The work of representation. In S. Hall, J. Evans & S. Nixon (eds.), *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices* (pp. 13-74). Sage Publications.
- Hartsock, J. C. (2000). *A History of American Literary Journalism. The Emergence of a Modern Narrative Form*. University of Massachusetts Press.
- Herrscher, R. (2021). Nuevos caminos del periodismo narrativo em el siglo XXI: Poesía, teatro, descripción y la voz potente de las cosas. *Textos Híbridos, Revista de Estudos sobre Crónica y Periodismo Narrativo*, 1, 143-179.
- Hurtado, L. P. O. (2015). El periodismo em María Zambrano. Universidad de Málaga. <https://riuma.uma.es/xmlui/handle/10630/13817>
- IALJS. The International Association for Literary Journalism Studies. <http://ialjs.org/publications/>
- Lisboa, I. (1933). A conferência da professora Sr.^a D. Irene Lisboa da série que o nosso jornal está a promover. *Jornal O Século*, 18317.
- Lisboa, I. (1942). *Modernas tendências da educação*. Edições Cosmos.
- Lisboa, I. (1997/1956). *O pouco e o muito – Crónica urbana*. Editorial Presença.
- Lisboa, I. (1998/1958). *Título qualquer serve*. Editorial Presença.
- Lisboa, I. (1999/1974). *Solidão II*. Editorial Presença.
- Lisboa, I. (2021). *A escola do meu coração: Antologia pedagógica*. Edições ICreate.
- Magalhães, J. (2017). Pedagogia e Neorrealismo. In F. Pires (coord.) *Miúdos, a vida às mãos cheias. A infância do Neorrealismo português* (pp. 21-39). Museu do Neorrealismo.
- Mendonça, F. de (1955), Sessão Parlamentar de 20 de janeiro de 1955. In Debates Parlamento. <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r2.dan&diary=anl6sl-2n70-0380&type=texto&q=futebol>
- Morão, P. (1983). Prefácio. In I. Lisboa, *Folhas soltas da Seara Nova* (pp. 11-44). Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Morão, P. (1989). *Irene Lisboa, vida e escrita*. Editorial Presença.
- Morão, P. (1995). Prefácio. In I. Lisboa, *Esta cidade!* (pp. 7-13). Editorial Presença.

- Morão, P. (1997). Prefácio. In I. Lisboa, *O pouco e o muito – Crónica urbana* (pp. 7-14). Editorial Presença.
- Morão, P. (2011). *O secreto e o real: Ensaio sobre literatura portuguesa*. Campo da Comunicação.
- Moreira, I. (1992). Irene Lisboa, Professora. In P. Morão (coord.), *Irene Lisboa: 1892-1958* (pp. 21-30). Biblioteca Nacional.
- Morgado, J. (2003). *Qualidade, inclusão e diferenciação*. ISPA.
- Morgado, J. (2009). Educação inclusiva nas escolas atuais: Contributos para a reflexão. *Atas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*. Universidade do Minho.
- Nóvoa, A. S. da (2009). Educação 2021: *Para uma história do futuro*. Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/670>
- Nóvoa, A. S. da (2021). Irene Lisboa: A escola é, acima de tudo, o elemento humano. In I. Lisboa, *A escola do meu coração* (pp. 13-16). Edições ICreate.
- Pinheiro, J. E. M. (1990). *Do ensino normal na cidade de Lisboa. 1860-1960*. Porto Editora.
- Pinheiro, J. E. M. (1992). *Irene Lisboa e a educação infantil*. Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Polónia, A. & Capelão, R. (2019). A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto e as suas experiências do Oriente. In M. C. Natário, R. Epifânio, M. L. Malato & P. Borges, *Portugal – Goa: os Orientes e os Ocidentes. Seminário Internacional de Filosofia e Literatura* (pp. 19-33). Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras do Porto.
- Queirós, E. (1981) Páginas de jornalismo. O distrito de Évora (vol. 2). Lello & Irmão Editores.
- Rosa y Alberty, R. (1959). Irene Lisboa, Educadora. *Seara Nova*, 1361.
- Rotker, S. (1992). *La invención de la crónica*. Ediciones Letra Buena.
- Santos, I. (2007). *O império do outro: Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Batalha Reis, Oliveira Martins e a Inglaterra vitoriana* [Tese de Doutoramento não publicada]. FCSH-UNL.
- Seara Nova. http://ric.slhi.pt/Seara_Nova/revista.
- Sims, N. & Kramer, M. (1995). *Literary journalism*. Ballantine Books.
- Soares, I. (2021). A reportagem e o jornalismo literário ou a reportagem como jornalismo literário. In P. Coelho, A. I. Reis & L. Bonixe (eds.), *Manual de Reportagem* (pp. 57-75). Labcom, Comunicação & Artes.
- Strang, B. L. S. (2009). Intelectuais na imprensa: As crónicas de educação de Cecília Meireles no jornal carioca Diário de Notícias. *Uniletras*, 31(1), 139-153. <http://dx.doi.org/10.5212/Uniletras.v.31i1.139153>
- Tengarrinha, J. & Alves, T. (2016). O Estado Novo em Portugal, o controle da imprensa e a Guerra Colonial. In T. Alves, Entrevista. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 5(1), 185-194. <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4542/2678>
- Trindade, A. & Soares, I. (2018). Escrita lusófona e cidadania: Normas de estilo, de conteúdo e de significado. In S. Bastião, *Comunidade dos países de língua portuguesa: A afirmação global das culturas portuguesas* (pp. 201-121). ISCSP - Universidade de Lisboa.

Van Dijk, T. A. (2014). *Discourse and knowledge – A sociocognitive approach*. Cambridge University Press.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso. Planejamento e métodos*. Bookman.